



# Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastlio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carutório - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06.04.98**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº CTL/SEEG/114/98, do Sr. Governador do Estado, restituindo a

este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 385/97. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 3255/98, da Sra. Maria Emilia Rocha Mello de Azevedo - Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, comunicando que foi autorizado o repasse de R\$ 63.066,02, a este Estado, destinado ao pagamento de parcelas relativas a obras em diversos municípios, no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento - PASS, contratado por meio da Caixa Econômica Federal. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 3245/98, da Sra. Maria Emilia Rocha Mello de Azevedo - Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, comunicando que foi autorizado o repasse de R\$ 39.394,34 a este Estado, destinado ao pagamento de parcelas relativas a obras em diversos municípios, no âmbito do Programa Ação Social em Saneamento - PASS, por meio da Caixa Econômica Federal. Ao conhecimento da Casa.

**Mensagens:**

**MENSAGEM Nº 010/98**

Curitiba, 23 de março de 1998.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, e a criação de uma atividade orçamentária dentro da Secretaria de Estado da Educação, administração direta denominada PARANAEDUCAÇÃO, indispensável para celebração de contrato de gestão com o serviço autônomo. A lei que instituiu o PARANAEDUCAÇÃO é a de nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Educação.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

# ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, no valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), conforme Anexo I desta lei.

Parágrafo Único - Fica criada na unidade orçamentária Superintendência

de Educação do órgão orçamentário Secretaria de Estado da Educação, uma atividade orçamentária denominada PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I		PL. 01 R\$ 1,00		I
		ANEXO				I
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	PONTE ILDRI	VALOR	N.DC PROC COP	I
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
2140	PARANAEDUCACAO	3350.39	00 I L I	110.000.000	0385	
			45 I L I	70.000.000	0385	
TOTAL				180.000.000		I

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II		PL. 01 R\$ 1,00		I
		ANEXO				I
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	PONTE ILDRI	VALOR	N.DC PROC COP	I
4100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4102	DIRETORIA GERAL					
2134	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SEED	3190.11	00 I L I	2.000.000	0385	
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
2137	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO	3190.11	45 I L I	70.000.000	0385	
2138	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR	3190.04	00 I L I	5.000.000	0385	
		3190.11	00 I L I	23.000.000	0385	
		3190.13	00 I L I	20.000.000	0385	
2139	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIC	3190.04	00 I L I	60.000.000	0385	
TOTAL				180.000.000		I

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 011/98

Curitiba, 23 de março de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, dispondo sobre a criação do "Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da região Metropolitana de Curitiba", com os seguintes objetivos:

I - assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público;

II - integrar as ações dos vários órgãos a esferas do poder Público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;

III - compatibilizar ações de proteção ao meio ambiente e de preservação de mananciais de abastecimento, com política de uso e ocupação do solo e desenvolvimento sócio-econômico, sem prejuízo dos demais usos múltiplos;

IV - empreender as ações de planejamento e gestão das bacias hidrográficas de mananciais segundo preceitos de descentralização e participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

V - propiciar a instalação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, preconizados pela Lei Federal nº 9433/97, no âmbito dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

O Plano de Lei em epígrafe, que consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de sua vinculada Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, estando previstas no texto, todas as disposições para perfeita exequibilidade, tais como, descrições de competência, áreas de proteção fixando normas de uso e ocupação do solo, formas de fiscalização e estipulação de penalidades.

É, também, prevista a criação do Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (FPA-RMC), composto pelas receitas que especifica, cujos recursos servirão como instrumento de apoio financeiro às políticas de proteção aos mananciais.

Em anexo, para mais detalhados esclarecimentos, segue exposição de motivos elaborada pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Considerando que:

- a região metropolitana atualmente composta por 24 municípios, contava com uma população total de 2.403.462 habitantes em 1996, e de acordo com o Censo de 1991, concentrava respectivamente, 25,34% e 30,53% das populações total e urbana do Estado do Paraná.

- a região metropolitana apresentou a terceira mais alta taxa de crescimento no período 80/91 entre as nove regiões metropolitanas do país (3,64% a.a.) e que de 1991 a 1996, a taxa de crescimento regional foi de 3,18% a.a., enquanto alguns municípios ultrapassaram os 10% a.a.

- paralelamente a esse processo de crescimento demográfico, vem ocorrendo um intenso e irregular processo de ocupação urbana;

- a política de ordenamento territorial propugnada nas décadas anteriores não mais atende à realidade atual e que os paradigmas de preservação ambiental adotados até o presente devem ser readequados frente à essa nova ordem;

- em algumas regiões, as propostas de preservação foram posteriores ao processo de parcelamento do solo, criando situações contraditórias onde lotes urbanos não recebem autorização de construção;

- as possibilidades de intervenção só serão eficazes com a alteração do instrumental legislativo e com uma efetiva participação da sociedade civil no processo.

Em resposta à solicitação do Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, os órgãos estaduais e municipais ligados à questão, apresentaram proposta conjunta de legislação específica sobre as áreas de mananciais da região metropolitana.

A proposta de criação de uma lei especial fundamentou-se no fato de que a Lei nº 8935/89, de caráter geral para o Estado, não atende às especificidades da região, a qual necessita de instrumentos próprios para a plena gestão de seus recursos naturais.

Esta proposta de lei visa a assegurar as condições essenciais à preservação dos mananciais para o abastecimento público das populações atual e futura.

É prevista a criação de Unidades Territoriais de Planejamento - UTPs, dentro das quais serão estudadas propostas de zoneamento, embasadas nas diretrizes de caráter geral emanadas pela lei, e em conjunto com os municípios serão detalhadas de acordo com as características locais.

A primeira UTP proposta é a do Guarituba, no Município de Piraquara, e prevê-se a curto prazo a criação de mais seis, quais sejam: Bacia do Rio Verde - Campo Largo e Araucária; Bacia do Iraí - Quatro Barras, Campina Grande do Sul e Piraquara; Bacia do Palmital - Colombo e Pinhais; Bacia do Rio Itaqui - São José dos Pinhais; Bacia do Rio Pequeno - São José dos Pinhais; Bacia dos Rios Despique e Cotia - Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais.

Reuniram-se para elaborar a presente proposta, representantes das seguintes entidades:

Companhia de Habitação de Curitiba - COHAB-CT;

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC;

Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR;

Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

Minerais do Paraná - MINEROPAR;

Secretaria Extraordinária de Assuntos Metropolitanos - PMC;

Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.

Curitiba, setembro de 1997.

## ANTEPROJETO DE LEI

### CAPÍTULO I Dos Objetivos

Art. 1º - Fica criado o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos

Mananciais da RMC, com os seguintes objetivos:

I - assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público;

II - integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual, municipal e iniciativas de agentes privados;

III - compatibilizar ações de proteção ao meio ambiente e de preservação de mananciais de abastecimento público com política de uso e ocupação do solo e com o desenvolvimento sócio-econômico, sem prejuízo dos demais usos múltiplos;

IV - empreender as ações de planejamento e gestão das bacias hidrográficas de mananciais segundo preceitos de descentralização e participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

V - propiciar a instalação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, preconizados pela Lei Federal nº 9433/97, no âmbito dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - Integram o Sistema de que trata o artigo 1º desta Lei:

I - Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba - CGM, órgão colegiado, com poderes consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de elaborar políticas públicas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e acompanhar sua implementação;

II - Unidades Territoriais de Planejamento - UTPs, compostas pelas sub-bacias contribuintes dos mananciais de interesse da RMC, para facilitar o planejamento, aglutinando municípios com especificidades a serem trabalhadas conjuntamente;

III - Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais - PPART, que incorpore as diretrizes básicas estabelecidas por esta lei e que estabeleça prazos e metas para as intervenções nas Áreas de Proteção dos Mananciais - APM, configurado como capítulo específico a ser inserido no Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Curitiba, tal como preconizado pela Lei Federal nº 9433/97;

IV - Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - FPA-RMC, para atender os objetivos do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba;

Art. 3º - O Sistema instituído por esta Lei será coordenado pelo Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, com a participação dos municípios e dos demais agentes intervenientes em ações de proteção aos mananciais públicos e privados, que terão em conjunto, papel de implementar esta lei e as políticas aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da região Metropolitana de Curitiba.

Art. 4º - A composição do Conselho será definida através de regulamento próprio.

## CAPÍTULO II Das Competências

Art. 5º - Compete ao Conselho:

I - coordenar a elaboração, atualização e implantação do Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais;

II - coordenar e integrar o planejamento das Unidades Territoriais de Planejamento;

III - coordenar e aprovar a elaboração dos regulamentos previsto e necessários ao cumprimento dos objetivos desta Lei e encaminhá-los para apreciação e aprovação do Chefe do Executivo Estadual;

IV - encaminhar deliberações relativas a políticas de uso e ocupação do solo para sua implementação e internalização, pelos municípios, junto às respectivas legislações que disciplinam a matéria;

V - acompanhar o cumprimento do plano de fiscalização das áreas de proteção aos mananciais, através de um Plano de Ação Fiscal;

VI - instituir e coordenar programas de proteção ambiental e de recuperação de áreas degradadas, em conjunto com os municípios envolvidos;

VII - desempenhar outras atribuições necessárias para o cumprimento dos objetivos desta Lei e deliberar sobre as questões relativas;

VIII - aprovar o programa de investimentos do Fundo de Preservação

Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba.

## CAPÍTULO III Das Áreas de Proteção

Art. 6º - Ficam declaradas para efeito desta Lei, como bacias hidrográficas de interesse da Região Metropolitana de Curitiba, as bacias destinadas a manancial de abastecimento público, ou, a área da bacia hidrográfica situada a montante do local onde exista ou se preveja futuramente construir uma barragem destinada a captação de água para abastecimento público e a área de abrangência do Aquífero Karst.

Parágrafo Único - Para efeito de delimitação dos reservatórios serão utilizados os projetos executivos fornecidos pela SANEPAR.

Art. 7º - Para as Unidades Territoriais de Planejamento previstas no inciso II do artigo 2º desta Lei, serão implementados Planos e Programas, elaborados conjuntamente entre Estado e municípios envolvidos, onde serão considerados, entre outros, os seguintes temas:

I - A busca de soluções integradas e compatíveis com as especificidades de cada município da Região Metropolitana de Curitiba, que compõem as sub-bacias de mananciais;

II - A elaboração de um zoneamento ambiental e de uso e ocupação do solo para as áreas de mananciais, levando em conta a situação atual de ocupação e tendências futuras;

III - A elaboração de um plano diretor de drenagem urbana;

IV - A implementação de programas específicos para cada área ocupada de acordo com as diretrizes contidas nesta Lei;

V - A criação de sistema de informações;

VI - A elaboração de um plano de monitoramento permanente para a efetiva aplicabilidade desta Lei.

Art. 8º - Nas Unidades Territoriais de Planejamento serão criadas áreas de intervenção, com o objetivo de assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, mediante a preservação e recuperação do ambiente natural e antrópico e do efetivo controle de processos de degradação e de poluição ambiental.

§ 1º - Nas áreas com condições sanitárias críticas, em decorrência de uso e ocupação inadequados do solo, o Estado e os municípios deverão implementar ações e projetos, inseridos em programas integrados de saneamento e de recuperação ambiental, visando adequar essas áreas às condições ambientais referidas neste artigo.

§ 2º - Nas Unidades Territoriais de Planejamento poderá ser instituída a permuta de potencial construtivo por áreas de preservação, previamente estabelecidas em zoneamento municipal, as quais passarão a constituir o patrimônio do poder público estadual ou municipal.

§ 3º - O potencial construtivo de imóveis transferidos à título de incentivo construtivo só deverá ocorrer no interior de uma Unidade Territorial de Planejamento, sem acréscimo da densidade de ocupação total prevista para a mesma.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Uso e Ocupação do Solo nas Áreas de Proteção

Art. 9º - Para efeito da implementação das políticas públicas tratadas nesta Lei, são consideradas áreas de intervenção:

I - Áreas de Restrição à Ocupação - as de interesse de preservação com o objetivo de promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais, assegurando a manutenção da biodiversidade e a conservação do ecossistema;

II - Áreas de Ocupação Orientada - as comprometidas com processos de parcelamento do solo (loteamentos urbanos), por processo de ocupação urbana, as áreas de transição entre as áreas rural e urbana, sujeitas à pressão de ocupação, que exijam a intervenção do poder público no sentido de minimizar os efeitos poluidores sobre os mananciais;

III - Áreas de Urbanização Consolidada - as de interesse de consolidação da ocupação urbana, saneando e recuperando as condições ambientais;

IV - Áreas Rurais - as destinadas à produção agro-silvi-pastoril.

Art. 10 - Constituem-se Áreas de Restrição à Ocupação:

I - As faixas de drenagem dos corpos d'água conforme definidas em legislação própria;

II - As áreas cobertas por matas;

III - As áreas com declividade superior a 30%;

IV - As áreas do entorno dos reservatórios;

V - As áreas sujeitas à inundação;

VI - Outras áreas de interesse a serem incluídas mediante aprovação do CGM-RMC, de que trata esta lei.

Art. 11 - Nas Áreas de Restrição à Ocupação, somente serão permitidos usos e atividades que atendam aos requisitos mínimos necessários à manutenção da qualidade da água, conforme a legislação em vigor.

Art. 12 - As Áreas de Restrição à Ocupação, observadas as normas desta Lei, poderão ser computadas no cálculo das áreas reservadas como áreas de lazer em parcelamentos de solo, como reserva florestal conforme a legislação em vigor; ou para a transferência de potencial construtivo.

Art. 13 - Nas Áreas de Ocupação Orientada, somente serão admitidos parcelamentos, loteamentos, arruamentos, edificações, reformas, ampliações de edificações existentes, instalações de estabelecimentos, alterações de uso ou quaisquer outras formas de ocupações, se observado o disposto nesta Lei e em sua regulamentação.

Parágrafo Único - O Conselho Gestor regulamentará os índices urbanísticos, as taxas de impermeabilização, o percentual de cobertura vegetal, e outros parâmetros necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 14 - Constituem-se Áreas de Urbanização Consolidada as áreas com possibilidade de maior adensamento em relação a outras abrangidas por esta Lei, onde as ocupações humanas já se consolidaram e que suportem maiores densidades, conforme a disponibilidade das redes existentes de infraestrutura ou após investimentos viáveis e necessários para sua expansão.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, nas Áreas de Urbanização Consolidada poderão ser criadas, através de Decreto do Poder Executivo Municipal, Áreas de interesse social de ocupação destinadas a:

- assentamentos habitacionais precários, objeto de interesse público para a recuperação ambiental;

- atendimento habitacional das famílias residentes em áreas de risco e reassentamento de famílias removidas das Áreas de Restrição à Ocupação e das Áreas de Ocupação Orientada, de acordo com o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial da RMC e desde que aprovadas pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC.

Art. 15 - Nas Áreas de Ocupação Orientada e de Urbanização Consolidada poderão ser instaladas indústrias não poluidoras em conformidade com os padrões técnicos e processos produtivos, estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado do Paraná.

Art. 16 - Nas Áreas de Ocupação Orientada e nas de Urbanização Consolidada, somente será admitida a implantação, ampliação ou alteração de cemitérios, em municípios que estejam totalmente dentro da APM, e em glebas consideradas adequadas com base em prévios estudos geológicos e hidrológicos e no inventário detalhado de poços, fontes e corpos de águas superficiais, e demais critérios e procedimentos estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado do Paraná.

Art. 17 - Nos casos de equipamentos de saúde pública voltados ao atendimento preventivo e aos serviços de emergência, casas de repouso, sanatórios e similares poderão ser implantados desde que observadas as exigências e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado do Paraná.

Art. 18 - O Poder Executivo poderá promover a remoção de ocupações existentes de que trata esta Lei nos seguintes casos:

I - Ocorrência de grave risco humano ou ambiental, cuja reversão seja inviável em termos técnicos ou econômicos-financeiros;

II - Ocupações de fundos de vale cujas condições geotécnicas e topográficas inviabilizem a implantação de rede de saneamento básico e/ou tratamento sanitário;

III - Loteamento de ocupação refeita, ou pouco adensadas, em áreas de ocupação ainda não consolidadas, passíveis de recuperação ambiental ou adequadas para outros usos coerentes

com o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais da RCM.

Art. 19 - As ocupações existentes, que não se enquadrem nas condições para remoção, poderão ser regularizadas e consolidadas pelo Poder Público, desde que venham a se adequar às diretrizes desta Lei e àquelas estabelecidas pelo Plano de proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção aos Mananciais da RMC, especialmente no tocante a coeficientes de permeabilidade de solo, aterramento de fossas, canalização de esgotos e ligação à rede pública, bem como outras adequações a serem feitas por conta dos proprietários beneficiados pela regularização.

Art. 20 - Nas Áreas a serem consolidadas ou regularizadas, caberá ao Poder Público, respeitadas as diretrizes desta Lei e seus regulamentos:

I - Implantar ou completar a infra-estrutura básica e os serviços públicos essenciais, notadamente a rede de saneamento básico;

II - Estudar e adotar tecnologias alternativas para pavimentação das vias públicas, visando a facilitar a infiltração das águas pluviais e a redução da velocidade das águas superficiais.

Art. 21 - Constituirão também, objeto de regulamento desta Lei:

I - A distribuição de usos e intensidade de ocupação do solo, bem como as condições para movimentação de terra, para impermeabilização do solo, condições para remoção da cobertura vegetal, condições de coleta, transporte e destino de esgoto e resíduos sólidos;

II - A definição das condições de uso dos mananciais, cursos e reservatórios de água, obedecidos a classificação e o enquadramento previstos em Lei e regulamentos, bem como medidas para a recuperação das condições ambientais das áreas protegidas;

III - A instituição de incentivos construtivos para as áreas de ocupação orientada e de urbanização consolidada, na forma de concessão de aumento do potencial construtivo do imóvel (assim entendido como aumento no coeficiente de aproveitamento e/ou na altura máxima da edificação) obtidos através de permuta por imóveis trans-



feridos ao poder público estadual ou municipal;

Art. 22 - As águas dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de que trata esta lei, sem prejuízo de sua destinação prioritária para o abastecimento público, terão incentivo para o uso controlado de lazer.

Parágrafo Único - A utilização das águas a que se refere o "caput" deste artigo ficará condicionada à outorga de direito de uso e ao licenciamento prévio, impostos por seus respectivos regulamentos próprios.

Art. 23 - Os esgotos sanitários coletados nas áreas protegidas deverão ser afastados da área de proteção aos mananciais.

Parágrafo Único - Caso seja comprovada a inviabilidade técnica de afastamento, prevista no "caput" deste artigo, poderá optar-se por tratamento localizado dos esgotos sanitários, observados níveis de remoção de cargas poluidoras definidos por Modelo de Simulação de Recursos Hídricos, ou através de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) a ser avaliado pelo órgão de fiscalização ambiental competente, assegurando-se em qualquer caso, a infiltração dos efluentes finais no solo, em área compatível, e o respeito às condições ambientais definidas pela legislação em vigor.

Art. 24 - Os efluentes líquidos derivados de atividades industriais, comércio de serviços, quando houver, deverão ser tratados e afastados para fora dos limites das áreas de proteção aos mananciais, sob a responsabilidade do empreendedor.

Parágrafo Único - Situações específicas identificadas como relevantes, com destaque para aquelas em municípios cujo território esteja integralmente dentro de Área de Proteção de Mananciais, serão estabelecidas segundo regulamentação própria, a ser objeto de aprovação pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC.

Art. 25 - A aplicação dos dispositivos e políticas definidas nesta lei, far-se-á em consonância e respeito às diretrizes e proposições estabelecidas por Planos Diretores Setoriais elaborados para a Região Metropolitana de Curitiba, nas áreas de Esgotamento

Sanitário, Resíduos Sólidos e Manejo Florestal, sem prejuízo de outros que venham a ser consolidados regionalmente.

## CAPÍTULO V Da Fiscalização

Art. 26 - As ações e atividades de fiscalização às disposições desta Lei, serão empreendidas mediante cooperação entre entidades estaduais e municipais com atribuições legalmente estabelecidas sobre a matéria.

§ 1º - A divisão de encargos e responsabilidades pertinentes ao exercício da fiscalização será objeto de Convênio de Cooperação específico.

§ 2º - O Convênio de Cooperação a que se refere o parágrafo anterior, destinará recursos do Estado e dos municípios envolvidos, necessários e suficientes para que a implementação das equipes de fiscalização e das demais intervenções requeridas à aplicação das disposições legais assim como à sua vistoria, sejam realizadas em tempo hábil.

Art. 27 - No exercício de ação fiscalizadora, ficam asseguradas, nos termos da Lei, os agentes credenciados pelos órgãos competentes, a entrada em qualquer dia ou hora, bem como permanência, pelo tempo que necessário, em estabelecimentos públicos ou privados.

## CAPÍTULO VI Dos Recursos

Art. 28 - Fica criado o Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (FPA-RMC), como instrumento de apoio às políticas de proteção aos mananciais.

§ 1º - Constituirão fontes de receitas do FPA-RMC:

I - prestações pagas por mutuários beneficiados por programas habitacionais de interesse social destinados à proteção ambiental dos mananciais, com destaque para aqueles desenvolvidos com recursos originários do FPA-RMC;

II - imóveis e receitas provenientes da permuta de potencial construtivo, em áreas previstas por legislação específica;

III - dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e em créditos adicionais;

IV - dotações consignadas no Orçamento Geral da União e nos Orçamentos dos Municípios intervenientes e em respectivos créditos adicionais;

V - produtos de operações de crédito e de financiamento realizadas pelo Estado em favor do Fundo;

VI - percentual de recursos originários da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos sujeitos à outorga, arrecadados nos limites definidos como Área de Proteção de Mananciais de interesse da RMC, nos termos do Artigo 20 da Lei Federal nº 9433/97;

VII - resultado de aplicações financeiras de disponibilidades temporárias ou transitórias do Fundo;

VIII - receitas de convênios, contratos e ajustes firmados pelo Estado ou pelos Municípios intervenientes, visando a atender aos objetivos a que se refere o Fundo;

IX - contribuições, doações e legados, em favor do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e recursos eventuais;

X - resultado de aplicações de multas cobradas dos infratores desta Lei;

XI - de outros recursos que lhe forem destinados por Lei.

§ 2º - O Poder Executivo, mediante Decreto, disciplinará a matéria constante neste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4320/64 e legislação complementar.

## CAPÍTULO VII Das Penalidades

Art. 29 - O Poder Executivo regulamentará as condições para o disciplinamento da ocupação do solo nas Unidades Territoriais de Planejamento, observados os seguintes aspectos e princípios:

I - Obrigatoriedade dos projetos de edificações se aterem à topografia local, não se permitindo movimentos de terra (cortes e aterros) que possam alterar predatoriamente as formas de acidentes naturais da região;

II - Proibição de edificações em encostas que tenham inclinação superior a 30% (trinta por cento);

III - Fixação de normas para a preservação de flora natural através de preservação das espécies existentes e de estabelecimentos de mecanismos de

estímulo para a reconstituição florística nativa da região;

IV - Preservação das florestas e de quaisquer forma de vegetação natural, dos rios, bem como da fauna existente;

V - Preservação de edificações e sítios de valor histórico, artístico e arqueológico;

VI - Proibição da ocupação de áreas de intervenção sem licença prévia das autoridades competentes;

VII - Proibição da execução de obras e serviços de urbanização sem licença prévia das autoridades competentes;

VIII - Adoção de normas e padrões que disciplinem o processo de parcelamento do solo urbano através da legislação de zoneamento e de edificações.

Art. 30 - A inobservância das condições fixadas nos termos desta Lei, de seus regulamentos e demais atos normativos complementares, sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras estabelecidas em legislação pertinente:

I - Advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para a correção das irregularidades;

II - Multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de 1.200 (um mil e duzentas) a 12.000 (doze mil) vezes o valor do Fator de Conversão e Atualização (FCA), ou outro fator que venha a ser instituído pelo Poder Executivo Estadual;

III - Interdição temporária ou definitiva das atividades irregulares, levando-se em conta sua gravidade;

IV - Embargo de obra, construção, edificação ou parcelamento do solo iniciado sem aprovação ou em desacordo com seus termos;

V - Demolição de obra, construção ou edificação irregular;

VI - Apreensão ou recolhimento, temporário ou definitivo do material, instrumentos e máquinas usados para cometimento da infração;

VII - Suspensão de financiamentos e benefício fiscais.

§ 1º - Independentemente de multa, serão cobrados do infrator as despesas em que incorrer a Administração Pública, para tornar efetivas as medidas necessárias de proteção aos mananciais

§ 2º - Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro.

§ 3º - As penalidades de embargos e de demolição poderão ser impostas na hipótese de obras ou construções feitas sem licença ou com ela desconformes.

§ 4º - A penalidade de recolhimento temporário ou definitivo será aplicada nos casos de perigo à saúde pública, ou, a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada, ou a partir da reincidência;

§ 5º - As penalidades de suspensão de financiamento e benefícios fiscais serão impostas nos casos e condições definidas em regulamento.

§ 6º - As penalidades estabelecidas nos incisos I e II deste artigo poderão ser impostas cumulativamente com as impostas em seus incisos III, IV, V, VI e VII.

§ 7º - As sanções estabelecidas neste artigo serão impostas sem prejuízo da imposição de sanções por outros órgãos ou entidades estaduais ou municipais, no respectivo âmbito de competência.

Art. 31 - A regularização das situações resultantes da prática de infrações à esta Lei, corresponderá, combinada ou isoladamente, conforme o caso:

I - À adequação de obras, construções, edificações, parcelamento do solo, usos e atividades aos preceitos desta Lei e seus regulamentos;

II - Ao cumprimento das providências que forem exigidas pela autoridade competente;

III - À indenização dos danos causados à bacia hidrográfica protegida e a terceiros afetados por sua atividade.

Art. 32 - Da aplicação das penalidades previstas nesta Lei caberá recurso ao Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, no prazo de 20 dias, contados da data do auto de infração, ouvida a autoridade recorrida.

Parágrafo Único - No caso de imposição de multa, o recurso somente será processado se garantida a instância, mediante prévio recolhimento no órgão arrecadador competente, do valor da multa aplicada.

Art. 33 - O débito relativo à multa não saldada no prazo e nas condições fixados em regulamento, ficará sujeito a atualização monetária de seu

valor, nos termos da legislação federal pertinente, aos juros monetários e a outros acréscimos cabíveis com base em Lei.

Art. 34 - O produto da arrecadação das multas e indenizações às disposições sobre o uso e a ocupação do solo, em Áreas de Proteção aos Mananciais, previstas nesta Lei constituirá receita do Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (FPA-RMC).

Parágrafo Único - Os produtos da arrecadação de multas e indenizações sobre infrações ao meio ambiente e ao uso de recursos hídricos constituir-se-ão em receitas próprias das respectivas entidades gestoras, Instituto Ambiental do Paraná e Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental.

## CAPÍTULO VIII

### Disposições Finais e Transitórias

Art. 35 - A execução de obras para reabilitação e adequação ambiental em Áreas de Proteção aos Mananciais deverá prioritariamente contar mão de obra constituída por trabalhadores desempregados dos municípios diretamente envolvidos.

Art. 36 - A regulamentação desta Lei deverá ser apresentada na forma de um ou mais decretos, no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 37 - Para atender as despesas resultantes da aplicação desta Lei no decorrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos de que trata o parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64.

Art. 38 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**A Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 014/98

Curitiba, 30 de março de 1998.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso an-

teprojeto de lei, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - ANCIP e à Associação Beneficente Renascer - ASCER, as áreas que especifica, destacadas de área maior, localizada à Rua Imaculada Conceição, Bairro Prado Velho, nesta Capital, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição nº 16.111 no Livro 3-F, do Cartório da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Cabe esclarecer que a Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção, bem como a Associação Beneficente Renascer, promovem o atendimento a crianças portadoras de necessidades especiais, a prevenção de deficiências através da detecção e intervenção precoce, a assistência, a reabilitação e educação de pessoas portadoras de deficiência. Foram as mesmas declaradas de Utilidade Pública pelas Leis nºs 11.369, de 07 de maio de 1996 e 11.233, de 13 de dezembro de 1995, respectivamente.

A medida legal, ora proposta, consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que as mencionadas áreas serão utilizadas pelas entidades, exclusivamente, para que construam e mantenham em funcionamento suas sedes, dando continuidade aos relevantes trabalhos prestados em prol da educação especializada.

Vale ressaltar que a Secretaria de Estado da Educação, conforme Parecer de seu Departamento de Educação Especial, bem como a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, manifestaram-se favoravelmente à medida.

Cabe, por último, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que as áreas em questão serão utilizadas exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornarem-se, as cessões, automaticamente, sem efeito. Tais cessões vigorarão até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, ficando, ainda, as cessionárias, responsáveis pela guarda, proteção e conservação dos bens cedidos, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de aproximadamente 2.500,00 m<sup>2</sup>, parte remanescente da área descrita na transcrição nº 16.111, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 40,50 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 61,70 m pela lateral direita de quem de mencionada rua olha o lote confrontando com área pertencente à PUC; 61,70 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com área remanescente do Estado; e 40,50 m na linha dos fundos, confrontando com área remanescente do Estado.

Parágrafo Único - A área de que trata o "caput" deste artigo, será cedida à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP, para que aquela entidade ali construa as instalações e mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade ao atendimento que vem fazendo a crianças portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo mencionada área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, imó-

vel de propriedade do Estado do Paraná, com área de aproximadamente 2.500,00 m<sup>2</sup>, parte remanescente da área descrita na transcrição nº 16.111 do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 40,50 m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 61,70 m pela lateral direita de quem de mencionada rua olha o lote confrontando com área remanescente do Estado; 61,70 m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com a Rua Guabirotuba; e 40,50 m na linha dos fundos, confrontando com área remanescente do Estado.

Parágrafo Único - A área de que trata o "caput" deste artigo, será cedida à Associação Beneficente Renascer - ASCER, para que aquela entidade ali construa as instalações e mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade aos trabalhos de reabilitação e socialização a pessoas portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, mencionada Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direitos a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 096/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dom Jerônimo Mazzarotto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Exmo. e Revmo. Dom Jerônimo Mazzarotto, Bispo Auxiliar Emérito de Curitiba, completará no próximo dia 11 de abril, 100 anos de existência. É o Bispo mais idoso do Brasil!

Durante a sua vida longa e profícua, Dom Jerônimo cumpriu sobejamente sua missão como dedicado pastor e evangelizador.

Foi mais longe. A par das ingentes tarefas em que se empenhou, conseguiu tempo para dedicar-se ao Magistério, destacando-se na formação de inúmeras gerações. Culminou sua vida no Magistério, na Reitoria da PUC/PR. Como seu primeiro Reitor, estruturou e consolidou a Universidade, a cuja frente permaneceu durante quatorze anos.

A Igreja Católica, fiel depositária do Mandato de Cristo, experimentou grande expansão pela ação missionária, evangelizadora, desenvolvida com absoluta fidelidade por Dom Jerônimo Mazzarotto, cuja resumida biografia, faço integrar esta justificativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Ernesto Moro Redeschi, no último final de semana, no Município de São José dos Pinhais. O infausto passamento representa uma perda irreparável para o Poder Legislativo e para o povo do nosso Estado.

Ernesto Moro Redeschi foi um brilhante Parlamentar deste Poder Legislativo, com relevante trabalho voltado para o bem da comunidade paranaense. Iniciou sua carreira política no ano de 1948, como Prefeito do Município de São José dos Pinhais. Eleito Deputado Estadual pela primeira vez no ano de 1950, Moro Redeschi participou de mais três legislaturas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 55/58, 59/63 e 64/67, chegando a assumir a 4ª Secretaria na Sessão Legislativa de 1961.

Requer, também, que seja dada ciência à família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja aprovado Moção de Apoio ao Projeto de Lei em tramitação no Senado Federal, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que tem como projeto a legalização do jogo no País, especialmente através da abertura de cassinos em municípios com vocação para a atividade de turismo.

Requer ainda, que a manifestação de apoio da Assembléia Legislativa do Paraná ao referido projeto, seja comunicado aos Exmos. Srs. Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e ao Ministro da Indústria e Comércio.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) SÉRGIO SPADA

## JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná, através de Sessão Plenária realizada nesta data, manifesta seu apoio ao Projeto de Lei em tramitação no Senado Federal, que visa a legalização do jogo através de Cassinos e Hotéis-Cassinos, a serem permitidos em cidades turísticas ou que careçam de alternativas para o seu desenvolvimento econômico-social.

A presente manifestação justifica-se por seu potencial de geração de empregos e desenvolvimento da atividade turística e cultural.

## REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Nelson Satake, sócio-proprietário da Satake & Marmo Ltda. - Panela Cheia, Comida Mineira - Servifone, pelo excelente serviço prestado aos seus clientes e amigos desta Cidade de Curitiba, região metropolitana e do interior do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) CÉSAR SELEME

## JUSTIFICATIVA:

O restaurante Panela Cheia, especializado em comida mineira, que tem como sócio-proprietário o Sr. Nelson Satake, vem atendendo com brilhantismo aos seus clientes e amigos há vários

anos, no endereço tradicional da Emilianio Perneta, 391, desta Cidade de Curitiba.

## REQUERIMENTO Nº 476

Senhor Presidente.

P Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Terezinha Anacleto, residente à Av. Curitiba, nº 21 - Jardim Walma, a qual, em nome de todos os moradores do local, pede providências quanto as ruas do seu bairro e do Jardim São Carlos, sendo que as mesmas encontram-se intransitáveis. Pede também que a coleta de lixo seja feita num dia fixo da semana, pois desta forma as donas de casa podem se organizar melhor e a coleta será mais satisfatória.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Ramos Martins, residente à Av. Bento Rocha, nº 2473 - Vila Guarani - Município de Paranaguá, a qual solicita providências quanto a uma lombada existente na BR-277, entrada do Porto de Paranaguá, em frente ao Posto de Gasolina Guarani e a sua residência. Ocorre que neste local o tráfego é de veículos pesados, a maioria caminhões, o que vem causando rachaduras no muro e na casa do endereço acima citado. Afirma-nos a Sra. Maria que já tentou resolver o problema com outros órgãos responsáveis pelo tráfego de veículos, porém sem sucesso. A situação vem se agravando consideravelmente e necessita de providências urgentes que venham a sanar o referido problema. Informações complementares podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 423-1650.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Laércio Ramos, residente à Rua Piraquara, nº 26 - Jardim Roma, o qual pede reparos na Rua Campina Grande do Sul, nesse mesmo bairro. É necessário passar a máquina e colocar muito saibro, pois a rua está cheia de buracos e intransitável. Toda a comunidade será beneficiada com o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Nilda Madalena Pierkarski, residente à Rua Cascavel, 1480 - Bairro Guaraituba, a qual pede reparos nessa rua, tendo em vista a mesma encontrar-se repleta de buracos. Pede ainda a passagem da carrocinha para apanhar os cachorros que ficam pelas ruas, causando muito medo à população.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 480

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de reiterar o pedido de viabilização de pavimentação da Rua Honduras, entre as ruas João L. Jacomel e Salgado Filho, Vila Esplanada, protocolado sob nº 2449/98. Segue anexo o abaixo-assinado dos moradores que fazem tal reivindicação. O atendimento do presente somente benefícios trará para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Co-

ordenadoria da Receita Estadual, Inspeção Geral de Fiscalização, Inspeção Sr. Juan Rege Garcia, solicitando esclarecimentos sobre o montante do IPVA "pendente" nos municípios do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Conhecer a real situação de cada município do Sudoeste do Paraná, com referência aos valores de IPVA em atraso (pendentes).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário da Lideranças.

PT. PPB. PMDB. PFL, Liderança do Governo.

(Todas declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/97, de autoria do Deputado César Seleme, que autoriza o Poder Executivo a implantar Centros de Atendimento Odontológico Especializado nas 22 Regionais Estaduais de Saúde. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 670/97, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Wess, da Universidade Estadual de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**



ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Canoagem, com sede e foro no Município de Estrela, Rio Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Sobre a mesa, Requerimento nº 475, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 476 a 480, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 482, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 484, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 481, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi,

constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -  
Para discutir, Sr. Presidente, porque o requerimento deve ser endereçado ao secretário e não ao diretor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Perfeitamente registrado. O requerimento será devolvido ao autor e comunicado ao mesmo que a direção do requerimento deveria ser outra.

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Comunico aos Srs. Deputados que no dia de amanhã e quarta-feira, dêem andamento nas posições que cada um ocupa nas diversas comissões da Casa. Na terça-feira e na quarta-feira teremos apenas trabalhos de Comissões e a partir de quinta-feira não teremos expediente, e voltaremos para uma Sessão Ordinária na segunda-feira, dia 13 de abril, no horário regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 023, 026, 057, 060, 068/98 e do de Resolução nº 033/97.

Levanta-se a sessão.